



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS - CRESU

CNPJ: 03.628.611/0001-77
E-mail: cresu.consorci@yahoo.com.br

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 09/2023 TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL Processo Administrativo nº 004/2023/CRESU

O Presidente do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS – CRESU, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições conferidas, torna público aos interessados que fará realizar Processo Licitatório, Modalidade **PREGÃO PRESENCIAL** Tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, conforme descrito neste edital, em conformidade com a com a Lei nº 10.520/02, subsidiariamente, a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Os envelopes contendo as Propostas de Preços e os Documentos de Habilitação, definidos neste Edital, deverão ser entregues à Comissão Permanente de Licitações, junto a Secretaria de Administração, Setor de Licitações, da Prefeitura Municipal de Dezesseis de Novembro-RS, situado na Rua Santo Antônio, nº 1243, nesta cidade de Dezesseis de Novembro– RS, no **dia 19 de junho de 2023, as 09:00(nove horas) quando será realizada a sessão pública de abertura.**

1. DO OBJETO:

1.1 É objeto desta licitação a contratação de empresa para fornecimento de um conjunto de sistemas integrados de gestão pública especializados na área de informática para implantação, treinamento e locação (com manutenção, suporte técnico, consultoria técnica e assessoria técnica) de software integrado de gestão, conforme especificações constantes do Anexo I e Anexo II, deste edital.

2. LOCAL, DATA E HORÁRIO DE RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES:

2.1 No dia, hora e local mencionados no preâmbulo deste edital, na presença dos licitantes e demais pessoas presentes à sessão pública do pregão, o pregoeiro(a) com o auxílio da equipe de apoio, designados pela Portaria nº 043 de 12.01.2023, inicialmente, receberá os envelopes **01 - PROPOSTA** e **02 - DOCUMENTAÇÃO**.

2.2 Uma vez encerrado o prazo para entrega dos envelopes acima referidos, não será aceita a participação de nenhum licitante retardatário.

2.3 O pregoeiro realizará o credenciamento dos interessados, os quais deverão comprovar, por meio de instrumento próprio, poderes para formulação de oferta e lances verbais, bem como para a prática dos demais atos do certame.

3 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO, REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

3.1 Poderão participar da presente licitação empresas com ramo pertinente ao objeto destalicitação.

3.2 Os proponentes ou seus representantes legais deverão apresentar-se para credenciamento junto ao Pregoeiro e/ou Equipe de Apoio, munidos de documentos que os credenciem ao processo licitatório (modelo anexo IV), identificando-se com Carteira de Identidade ou outro documento equivalente, até às **08:59 horas dos dia 19 de**



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS - CRESU

CNPJ: 03.628.611/0001-77
E-mail: cresu.consorci@ yahoo.com.br

junho.

3.3 O credenciamento far-se-á por meio de instrumento público ou particular de mandato, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome do proponente ou, em sendo sócio, dirigente, proprietário ou assemelhado, deverá apresentar cópia do Estatuto ou Contrato social, no qual estejam expressos seus poderes.

3.4 A documentação referente ao “Credenciamento” e “Pleno atendimento aos requisitos da proposta e dos documentos de habilitação”, devem ser apresentadas em separado, fora dos envelopes de HABILITAÇÃO e PROPOSTA.

3.5 A não apresentação da declaração de pleno atendimento aos requisitos da proposta e dos documentos de habilitação, (modelo anexo III), fora dos envelopes nº 01 e 02, importará na automática eliminação da empresa deste certame.

3.6 A empresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, deverá apresentar, fora dos envelopes, no momento do credenciamento, declaração de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte assinada também por seu contador.

3.6 Na hipótese da licitante não apresentar Representante (Legal ou Procurador), desse não se credenciar ou ausentar-se da sessão, a Licitante ficará impedida de participar da fase de lances verbais, de negociação de preços, de declarar a intenção de interpor recurso, ou mesmo de renunciar ao direito de interpor recurso, ficando mantido o preço apresentado na proposta escrita, para efeito de ordenação das propostas e apuração do menor preço.

4. DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES

4.1 – Na data e hora fixadas neste Edital, as empresas interessadas, deverão entregar junto ao Centro Administrativo Municipal, na sala de licitações, 02 (dois) envelopes referente à PROPOSTA DE PREÇO e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO e, com indicações externas que identifique os envelopes, ao que se sugerem os seguintes dizeres:

a) AO MUNICÍPIO DE DEZESSEIS DE NOVOEMBRO-RS
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 004/2022 ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA DE PREÇO
PROPONENTE: NOME DA EMPRESA

b) AO MUNICÍPIO DE DEZESSEIS DE NOVOEMBRO-RS PREGÃO PRESENCIAL Nº.
004/2022
ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO PROPONENTE: NOME DA
EMPRESA

4.2 Uma vez encerrado o prazo para entrega dos envelopes acima referidos, não será aceita a participação de nenhum licitante retardatário.

5. DA PROPOSTA DE PREÇOS:



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS - CRESU

CNPJ: 03.628.611/0001-77

E-mail: cresu.consortc@yahoo.com.br

5.1 A proposta, cujo prazo de validade é fixado pela Administração em 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação, deverá ser apresentada em folhas sequencialmente numeradas, sendo a última datada e assinada pelo representante legal da empresa, ser redigida em linguagem clara, sem rasuras, ressalvas ou entrelinhas, e deverá conter:

- a) Razão social da empresa;
- b) Descrição completa dos serviços;
- c) Valor da locação de cada sistema objeto desta licitação e preço total;
- d) Anualmente os valores serão revistos através de competente Termo Aditivo, aplicando-se o índice do IGP-M (FGV) verificado no período ou outro índice oficial que venha a substituí-lo;
- e) Valor de implantação, conversão e treinamento;
- f) Valor total global da proposta.
- g) Prazo de validade da proposta: 60 (sessenta dias).
- h) Os custos relativos à conversão de todos os dados em uso atualmente deverá ser suportado pela proponente, sendo incluído no custo total da proposta de preços.

Observação: Serão considerados, para fins de julgamento, os valores constantes na Proposta de Preços até, no máximo **duas casas após a vírgula**, sendo desprezadas as demais, se houver, também em eventual contratação.

5.2 A apresentação da(s) proposta(s) implicará na plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste edital.

5.3 Não serão aceitas propostas com ofertas não prevista neste edital, nem preços ou vantagens baseados nas ofertas das demais proponentes.

6. DOS PROCEDIMENTOS DA LICITAÇÃO:

6.1 Esta licitação é do tipo MENOR PREÇO e o julgamento será realizado levando em consideração o menor preço global, desde que atenda as especificações constantes deste edital.

6.2 Aberta à sessão, os interessados, ou seus representantes legais, serão credenciados e entregarão ao Pregoeiro, devidamente lacrados os envelopes nº **01** e **02** e apresentarão, em separado, declaração dando ciência de que preencheram plenamente os requisitos de habilitação.

6.3 Em nenhuma hipótese serão recebidas documentação e proposta fora do prazo estabelecido neste Edital.

6.4 Serão abertos pelo Pregoeiro, todos os envelopes contendo as “**PROPOSTA DE PREÇOS**”, ocasião em que se procederá a verificação da conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

6.4.1 Havendo divergência entre o valor unitário e o global correspondente, prevalecerá o cotado em preço unitário, devendo o Pregoeiro proceder à correção no valor global.

6.5 No decorrer da Sessão, o Pregoeiro classificará o autor da proposta de menor preço e aqueles que tenham apresentado proposta em valores crescentes não superiores a 10% (dez por cento) da de menor preço.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS - CRESU

CNPJ: 03.628.611/0001-77

E-mail: cresu.consortc@yahoo.com.br

6.6 Não havendo, pelo menos 03 (três) propostas de preços escritas, nas condições fixadas no item anterior, o Pregoeiro, classificará dentre os presentes, até o máximo de 03 (três), número que poderá ser ampliado em caso de empate, as melhores propostas subseqüentes, para que seus autores participem de lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas, até a proclamação da vencedora.

6.7 Para oferta de lances, o Pregoeiro convidará, individualmente, os proponentes classificados, a partir do autor da proposta classificada em segundo lugar, e as demais em ordem crescente de classificação, devendo a oferta ser feita por valor unitário, em lances verbais e sucessivos, até a proclamação da vencedora.

6.7.1 Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio, para determinação da ordem de ofertas dos lances.

6.8 A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra à licitante, obedecida a ordem prevista nos itens 6.7 e 6.7.1.

6.8.1 Dada a palavra ao licitante, este disporá de 01 (um) minuto para apresentar nova proposta.

6.9 É vedada a oferta de lance com vista de empate.

6.9.1 A diferença entre cada lance não poderá ser inferior **a R\$ 0,10 (dez centavos) do valor unitário.**

6.10 Dos lances ofertados não caberá retratação.

6.11 Não poderá haver desistência dos lances já ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades constantes no item 11 deste edital.

6.12 A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará na exclusão do proponente desta fase do certame, caso em que valerá para julgamento o valor da proposta escrita.

6.13 Caso não seja ofertado nenhum lance verbal, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço unitário e o valor estimado para a contratação, podendo o pregoeiro negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor.

6.14 O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocados pelo pregoeiro, os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

6.15 Encerrada a etapa competitiva e ordenadas às ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo, comparando-a com os valores consignados em planilha de custos, decidindo motivadamente a respeito.

6.16 Encerrada a sessão de lances, será verificada a ocorrência do empate ficto, previsto na Lei Complementar 147/2014, sendo assegurada, como critério do desempate, preferência de contratação para as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que atenderem ao item 3.5, deste edital.

6.16.1 – Entende-se como empate ficto àquelas situações em que as propostas apresentadas pela ME e EPP, bem como pela Cooperativa, sejam superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor.

6.17 – Ocorrendo o empate, na forma do item anterior, proceder-se-á da seguinte forma:



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS - CRESU

CNPJ: 03.628.611/0001-77

E-mail: cresu.consorci@ yahoo.com.br

a) A Microempresa, a Empresa de Pequeno Porte ou a Cooperativa detentora da proposta de menor valor será convocada para apresentar nova proposta, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.

b) Se a ME, a EPP ou a Cooperativa, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais ME, EPP ou Cooperativas remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do item 6.16.1 deste edital, a apresentação de nova proposta.

6.18 – Se nenhuma ME, EPP ou Cooperativa, satisfizer as exigências do item 6.19 deste edital, será declarado vencedor do certame o licitante detentor da proposta originariamente de menor valor.

6.20 – O disposto nos itens 6.16 a 6.18, deste edital, não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentada por Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Cooperativa.

6.21 A classificação dar-se-á pela ordem crescente de preços propostos e aceitáveis. Será declarado vencedor o licitante que ofertar o menor preço unitário, desde que a proposta tenha sido apresentada de acordo com as especificações deste edital e seja compatível como preço de mercado.

6.22 Serão desclassificadas as propostas que:

- a) Não, atenderem às exigências contidas no objeto desta licitação;
- b) Forem, omissas em pontos essenciais, de modo a ensejar dúvidas;
- c) Afrontem, qualquer dispositivo legal vigente, bem como as que não atenderem os requisitos do item 5;
- d) Contiverem, opções de preços alternativos ou que apresentem preços manifestadamente inexequíveis.

Observação: quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

- Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.
- Da sessão pública do pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, as propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, a análise da documentação exigida para habilitação e os recursos interpostos.
- A sessão pública não será suspensa, salvo motivo excepcional, devendo todas e quaisquer informações acerca do objeto serem esclarecidas previamente junto ao setor de Licitações deste Município, conforme subitem 13.1 deste edital.
- Caso haja necessidade de adiamento da sessão pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, os licitantes presentes.

7 DA HABILITAÇÃO:



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS - CRESU

CNPJ: 03.628.611/0001-77

E-mail: cresu.consorci@ yahoo.com.br

7.20 Para fins de habilitação neste pregão, o licitante deverá apresentar, dentro do

Envelope nº 02, os seguintes documentos:

7.1.1 Habilitação Jurídica:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus atuais administradores;

7.1.2 Regularidade Fiscal:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);
- b) Prova, de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Estado (DIC) ou do Município através do (ALVARÁ MUNICIPAL), relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade;
- c) Prova, de regularidade com a Fazenda Federal, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, Estadual e Municipal, sendo a última do domicílio ou sede do licitante;
- d) Prova, de regularidade relativa à Seguridade Social (CDN/INSS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- e) Prova, de regularidade (CRF) junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
- f) Prova de regularidade com a Justiça do Trabalho através de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

7.1.3 Qualificação Econômica-Financeira

7.1.3.1 Para empresas e cooperativas de Prestação de Serviços:

- a) Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 30 (trinta) dias da data designada para a apresentação do documento.

7.1.4 Qualificação Técnica e Declarações:

- a) Apresentação de 01 (um) atestado de Capacidade Técnica em nome do licitante, fornecido por pessoa jurídica de direito público, em papel timbrado do emitente, com respectivo endereço e CNPJ, contendo informações que comprovem ter o licitante prestado serviços de locação de Sistema de Gestão para Administração Pública, bem como manutenção adaptativa e evolutiva, serviços de treinamento, conversão de dados, customização, manutenção corretiva, legal e atendimento técnico especializado. Especificando o nome do Sistema e plataforma operacional (Desktop, WEB ou android), conforme os dados exigidos no Anexo II – Termo de Referência.
- b) **Documento comprobatório de vistoria no local da instalação. Deverá ser realizada com antecedência de 02 (dois) dias. Agendada com antecedência junto a administração municipal.**
- c) Declaração de pleno conhecimento dos locais, equipamentos disponíveis e suas



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS - CRESU

CNPJ: 03.628.611/0001-77

E-mail: cresu.consorci@ yahoo.com.br

condições, comprovando que a empresa licitante, através do seu representante legal, visitou e vistoriou os locais onde serão executados os serviços, tomando conhecimento das condições ambientais, técnicas, do grau de dificuldade dos trabalhos e dos demais aspectos que possam influir direta e indiretamente na execução do objeto do presente edital.

d) Declaração da Licitante comprovando que realizará o serviço de migração dos dados constantes no banco de dados atual assegurando a integridade das informações, instalação dos sistemas e treinamento dos usuários de cada secretaria.

e) Declaração da empresa proponente de que a mesma irá realizar o treinamento da implantação junto ao CRESU e ou junto a empresa proponente sem custos (valores inclusos na proposta).

f) Atestado de Capacitação Técnica fornecido por Pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado comprovando que o Banco de Dados utilizado pela licitante é multiplataforma, permitindo assim, que a administração municipal opte pela utilização de servidores com Sistema Operacional Windows (com custo de licenças) ou Linux (sem custo de licenças). A comprovação se dará através de 01 (um) atestado para o sistema operacional Linux e 01 (um) para o sistema operacional Windows.

7.21 Declaração da licitante, de que não pesa contra si, declaração de idoneidade, (modelo anexo VI), sob as penalidades cabíveis, a superveniência de fato impeditivo para contratar com o Poder Público, conforme prescreve o § 2º, Art. 32 da Lei 8.666/93.

7.22 Declaração da licitante de cumprimento ao artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, (modelo anexo VII), assinada por representante(s) legal(is) da empresa.

7.4 O envelope de documentação que não for aberto ficará em poder do pregoeiro pelo prazo de 30 (trinta) dias, a contar da homologação da licitante, devendo a licitante retirá-lo, após aquele período, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de inutilização do envelope.

8 DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E ASSINATURA:

8.20 Constatando o atendimento das exigências fixadas no edital, o licitante que ofertar menor preço será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

8.21 Em caso de desatendimento às exigências habilitatórias, o pregoeiro inabilitará a licitante e examinará as ofertas subsequentes e qualificação das licitantes, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora, ocasião em que o pregoeiro poderá negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor.

8.22 Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro proclamará a vencedora e, a seguir, proporcionará as licitantes a oportunidade para manifestarem atenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta dessa manifestação expressa, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recorrer por parte do licitante.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS - CRESU

CNPJ: 03.628.611/0001-77

E-mail: cresu.consorci@yahoo.com.br

9 DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

9.20 Tendo o licitante manifestado imediata e motivadamente, na sessão pública do pregão, a intenção de recorrer, este terá o prazo de 03 (três) dias corridos para a apresentação das razões do recurso.

9.21 Constará na ata da sessão, a síntese das razões de recurso apresentados, bem como o registro de que todos os demais licitantes ficaram intimados para, querendo, manifestarem-se sobre as razões de recurso no prazo de 03(três) dias corridos, após o término do prazo dorecorrente, proporcionando-se, a todos, vista imediata do processo.

9.22 A manifestação expressa da intenção de interpor recurso e da motivação, na sessão pública do pregão, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

9.23 O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio daquela que praticou o ato ocorrido, a qual poderá, no prazo de 05(cinco) dias úteis, reconsiderar sua decisão ou fazê-lo subir, acompanhado de suas razões, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 05(cinco) dias úteis, contando da subida do recurso, sob pena de responsabilidade daquele que houver dado causa à demora.

10 DO CONTRATO E DO PRAZO:

10.20 Esgotados todos os prazos recursais, a Administração, no prazo de 3 (três) dias, convocará a vencedora para assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

10.21 O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado, uma vez e pelo mesmo período, desde que seja requerido de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo. Ocorrendo a desistência ou a não firmatura do contrato a Administração fará o chamamento aos demais classificados da presente Licitação, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no item 11.

10.22 O contrato regular-se-á, no que concerne a sua elaboração, alteração, execução, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei nº 8.666/93, pelas disposições do Edital e pelos preceitos do direito público.

10.23 - O prazo da contratação será de 12 (doze) meses, a partir da data da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado desde que haja interesse entre as partes e nos termos da Lei 8.666/93, sendo prorrogável até 48 meses.

11 DAS PENALIDADES:

11.20 Pelo inadimplemento das obrigações, seja na condição de participante do pregão ou de contratante, as licitantes, conforme a infração, obedecido o competente processo administrativo, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

a) **Deixar de apresentar a documentação exigida no certame:** suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 (dois) anos e multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do último lance ofertado;

b) **Manter comportamento inadequado durante o pregão:** afastamento do certame e suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 (dois) anos;

c) **Deixar de manter proposta (recusa injustificada para contratar):** suspensão



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS - CRESU

CNPJ: 03.628.611/0001-77

E-mail: cresu.consorci@ yahoo.com.br

do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 (cinco) anos e multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do último lance ofertado;

d) **Executar o contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado:** advertência e ressarcimento ao erário público dos prejuízos causados;

e) **Executar o contrato com atraso injustificado, até o limite de 10 (dez) dias, após os quais será considerado como inexecução contratual:** multa diária de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor atualizado do contrato;

f) **Inexecução parcial do contrato:** suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 3 (três) anos e multa de 8% (oito por cento) sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato;

g) **Inexecução total do contrato:** suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 (cinco) anos e multa de 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do contrato;

h) **Causar prejuízo material resultante diretamente da execução contratual:** declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 (cinco) anos e multa de 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do contrato.

11.21 As penalidades serão registradas no cadastro da contratada quando for o caso.

11.22 Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

12 DO PAGAMENTO:

12.20 O preço contratado é considerado completo e abrange todas as despesas com custo, seguro e frete, tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), obrigações sociais, trabalhistas, fiscais, frete, encargos comerciais ou de qualquer natureza, acessórios e/ou outros serviços necessários à execução do objeto contratado, ainda que não especificados no Edital de licitação.

12.21 As faturas da mensalidade de locação dos sistemas compreenderão o período de 30 dias compreendido entre o dia 01 e o dia 30 de cada mês e deverão ser apresentadas entre os dias 01 e 05, para os procedimentos formais.

12.22 Os pagamentos das mensalidades de locação dos sistemas serão realizado até o dia 10.º (décimo) dia útil do mês subsequente ao vencido, após a liberação da Nota Fiscal pelo setor competente. Os pagamentos dos serviços de Implantação e Treinamento e dos serviços de migração e conversão serão efetuados em 10 dias após a liberação da Nota Fiscal pelo setor competente.

12.4- Das dotações:

ORGÃO : CRESU

33904006 – Locação de software

12.23 Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS - CRESU

CNPJ: 03.628.611/0001-77
E-mail: cresu.consorci@yahoo.com.br

pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

12.24 Na hipótese de reajustamento de preços, previsto em lei, o pagamento será feito através de duas faturas, sendo uma referente ao preço inicial e a outra referente ao valor do ajustamento.

13 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.20 Prestar os serviços licitados conforme especificações deste edital e em consonância com a proposta de preços;

13.21 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

13.22 Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo CONTRATANTE;

13.23 Arcar com eventuais prejuízos causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato;

13.24 Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25% do valor inicial atualizado do contrato ou da nota de empenho;

13.25 Arcar com todas as despesas com transporte, taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais, que correrão por conta exclusiva do Contratado;

13.26 Realizar a implantação e instalação dos sistemas, conversão dos dados existentes, e treinamento necessários à transferência dos conhecimentos que possibilitem o domínio dos sistemas por parte do Município de Dezesseis de Novembro/RS;

13.27 Implantar o Sistema objeto deste contrato, de acordo com as melhores técnicas e com pessoal capacitado;

13.28 Manter a Secretária de Administração da CONTRATANTE, encarregado de acompanhar os trabalhos, informado sobre o andamento do projeto, prestando todas as informações necessárias;

13.29 Diagnosticar problemas técnicos dentro de no máximo 1 (um) dia útil, a partir da abertura do chamado; caso não envolva manutenção corretiva, solucionar o problema em até 24 (vinte e quatro) horas; caso exija manutenção corretiva, solucionar o problema em até 72 (setenta e duas) horas, podendo ser solicitado mais prazo com a devida justificativa e com o aceite do Município;

13.30 Oferecer manutenção corretiva do software licenciado durante o período de vigência do contrato, nos seguintes casos:

a) Manutenção adaptativa dos sistemas, visando adequá-los a eventuais exigências de ordem legal;

b) Correção ou substituição das cópias das versões fornecidas, se estas apresentarem defeito;

c) Substituição das cópias no caso de upgrades dos softwares.

13.31 Prestar, às suas expensas, as manutenções que se fizerem necessárias, causadas por problemas originados dos códigos-fonte dos sistemas locados;



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS - CRESU

CNPJ: 03.628.611/0001-77
E-mail: cresu.consorci@yahoo.com.br

13.32 Oferecer suporte técnico, para solução de problemas relacionados à instalação, configuração, compatibilidade de arquivos e uso do aplicativo, garantindo o perfeito funcionamento do sistema implantado, durante o período de vigência do contrato, em dias úteis, durante o expediente da Contratante. A atualização e suporte ao software deve ser efetuada por pessoal capacitado pela Contratada, sendo vedada a transferência de dados de propriedade da Contratante para qualquer outro local;

13.33 Auxílio na recuperação dos Sistemas em possíveis problemas originados por queda de energia, falha de operação, desde que a CONTRATANTE mantenha backups adequados para satisfazer as necessidades de segurança;

13.34 Substituição dos Sistemas por versões mais atualizadas em função do aprimoramento técnico e/ou operacional, sem ônus, durante o período de vigência do contrato, informando tempestivamente ao Contratante sobre atualizações de versões e atualizar a versão em produção;

13.35 Prestar suporte técnico gratuito à distância através dos meios de comunicação;

13.36 Tratar como confidenciais, informações processadas e base de dados contidos nos Sistemas da Contratante, guardando total sigilo perante terceiros;

13.37 Cumprir durante a execução do contrato, todas as leis, posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e vigentes, sendo a única responsável por prejuízos decorrentes das infrações a que der causa;

13.38 Fiel cumprimento de todas as cláusulas e condições expressadas no edital, anexos e termo de contrato.

13.39 Arcar com os tributos federais, estaduais ou municipais, que porventura incidam ou venham a incidir sobre o respectivo contrato, bem como os encargos sociais, trabalhistas e previdenciários;

13.40 Fornecer, sempre que solicitados pela Contratante, os comprovantes de pagamentos dos empregados e comprovantes de recolhimento dos encargos sociais e trabalhistas.

13.41 Não transferir ou sublocar a outrem, no todo ou em parte, o presente Contrato, sem prévia e anuência da Contratante, sob pena de rescisão contratual e aplicação de multa.

13.23 Conversão e Migração de Dados

a) A empresa licitante vencedora deverá realizar a conversão de todas as informações do banco de dados hoje usado pela administração municipal;

b) Os prazos para a realização destes serviços deverão ser de no máximo 10 (dez) dias;

c) É de total responsabilidade a migração dos dados pela empresa vencedora do certame.

14 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

14.20 Indicar os locais onde a Contratada deverá prestar os serviços, objeto do contrato;

14.21 Notificar à Contratada qualquer irregularidade ou defeito encontrado na prestação dos serviços;

14.22 Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas neste contrato;



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS - CRESU

CNPJ: 03.628.611/0001-77
E-mail: cresu.consorci@yahoo.com.br

- 14.23 Zelar pela integridade e segurança das bases de dados mediante rotinas periódicas decópias dos dados (backup);
- 14.24 Fornecer a contratada o acesso aos terminais e arquivos para a conversão dos dados atualmente em uso pelo Sistema atual Do CRESU;
- 14.25 Comunicar de imediato a contratada das irregularidades no recebimento dos serviços;
- 14.26 Acompanhar e fiscalizar toda a entrega de serviço realizada pela contratada pertinente ao objeto contratado.

15 DA FISCALIZAÇÃO

15.20 Os serviços a serem executados, objeto desta presente licitação, sofrerão a fiscalização da Secretaria Executiva do CRESU. A fiscalização representará o CONTRATANTE e terá as seguintes atribuições:

- a) agir e decidir em nome do CONTRATANTE, inclusive para rejeitar o objeto contratual que estiver em desacordo com as especificações exigidas;
- b) exigir da CONTRATADA o cumprimento rigoroso das obrigações assumidas;
- c) sustar o pagamento de notas fiscais/faturas no caso de inobservância, pela CONTRATADA, de condições contratuais;
- d) solicitar a aplicação, nos termos contratuais, de multa(s) e/ou de outras penalidades à CONTRATADA;
- e) instruir o processo com o(s) recurso(s) interposto(s) pela CONTRATADA, no tocante ao pedido de cancelamento de multa(s) e/ou de outras penalidades, quando essa discordar do CONTRATANTE;
- f) encaminhar, se necessário, ao Setor competente as solicitações de adendo contratual, devidamente motivados e comprovados.

16 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

16.20 Solicitações de impugnação do edital deverão ser protocoladas no Setor de Protocolo e Arquivo, sito à Rua Santo Antônio, 1243– Centro, das 08:00h às 11:30h, e das 13:30h às 16:30h, com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis da data marcada para recebimento dos envelopes.

16.21 Não serão aceitas solicitações de impugnação do edital encaminhadas via fax, e-mail ou correspondência.

16.22 A petição será dirigida à autoridade subscritora do Edital, que decidirá no prazo de 01 dia útil anterior a data fixada para recebimento das propostas.

16.23 Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

16.24 Reconhecida a complexidade e relevância do esclarecimento/impugnação apresentada, poderá ser suspensa a reunião, se necessário.

16.25 Quaisquer informações ou dúvidas de ordem técnica, bem como aquelas decorrentes de interpretação do edital, deverão ser solicitadas por escrito, ao Município de Dezesseis de Novembro, setor de Licitações, sito à Rua Santo Antônio, 1243– Centro, de 2.ª a 6.ª feira. Ou pelos telefones (55) 3362-1100 ou pelo fax (55) 3362-



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS - CRESU

CNPJ: 03.628.611/0001-77

E-mail: cresu.consorci@yahoo.com.br

1005, no horário compreendido das 08:00 horas às 11:30, e das 13:30 às 16:30 horas.

16.26 Os questionamentos recebidos e as respectivas respostas com relação ao presente pregão encontrar-se-ão à disposição de todos os interessados no Município, Setor de Licitações.

16.27 Ocorrendo decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização de ato do certame na data marcada, a data constante deste edital será transferida, automaticamente, para o primeiro dia útil ou de expediente normal subsequente ao ora fixado.

16.28 Para agilização dos trabalhos, solicita-se que os licitantes façam constar na documentação o seu endereço, *e-mail* e os números de fax e telefone.

16.29 **Todos os documentos exigidos no presente instrumento convocatório poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião, publicação em órgão da imprensa oficial ou, ainda, autenticado por servidor autorizado do Município de Dezesseis de Novembro, RS. Os documentos extraídos de sistema informatizado (*internet*) ficarão sujeitos à verificação da autenticidade de seus dados pela Administração.**

16.30 A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 65, § 1º, da Lei nº 8.666-93, sobre o valor inicial contratado.

16.31 Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

16.32 A Administração poderá revogar a licitação por razões de interesse público, devendo anulá-la por ilegalidade, em despacho fundamentado, sem obrigação de indenizar (art. 49 da Lei Federal nº 8.666-93).

16.33 A homologação do resultado desta licitação gera mera expectativa de direito à contratação.

16.34 Fica eleito o Foro de São Luiz Gonzaga, para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

16.35 – Fazem parte integrante deste Edital:

Anexo I - Planilha de custos formadores do preços

Anexo II - Termo de referência;

Anexo III - Modelo declaração de pleno atendimento aos requisitos;

Anexo IV - Modelo de Credenciamento;

Anexo V – Modelo de declaração de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Cooperativa;

Anexo VI - Modelo de declaração de Idoneidade;

Anexo VII - Modelo de declaração de cumprimento ao artigo 7º, inciso XXXIII da CF;

Anexo VIII – Minuta de contrato.



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE
RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS - CRESU**

CNPJ: 03.628.611/0001-77

E-mail: cresu.consorc@yahoo.com.br

Consórcio Intermunicipal de Resíduos Sólidos Urbanos, em 20 de Abril de 2023.

AURI BRANDT KOCHHANN

Presidente do CRESU

Este edital com todos os seus anexos foi devidamente examinado e aprovado por esta Assessoria Jurídica, na data supra.

Assessor(a) Jurídico(a) _____

OAB/RS nº _____



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE
RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS - CRESU**

CNPJ: 03.628.611/0001-77
E-mail: cresu.consorci@yahoo.com.br

ANEXO I

PLANILHA DOS CUSTOS FORMADORES DO PREÇO PROPOSTO

EMPRESA: _____

CNPJ: _____

1. RELAÇÃO DE SISTEMAS

Item	SISTEMAS	Plataforma Operacional
01	CONTABILIDADE PÚBLICA, ORÇAMENTÁRIA, EMPENHOS	Desktop
02	WEBSITE OFICIAL DO CONSÓRCIO	WEB

Implantação, treinamento, migração, conversão, suporte técnico e locação mensal.

Valor Global da proposta: valor da implantação, migração e treinamento mais o valor mensal multiplicado por 12 meses.

Valor total global admitido: R\$ 999,99 (novecentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos) mensalmente, sendo em 12 (doze) meses o valor total global de R\$ 11.999,88 (onze mil novecentos e noventa e nove reais e oitenta e oito centavos).

ASSINATURA PROPONENTE



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS - CRESU

CNPJ: 03.628.611/0001-77
E-mail: cresu.consortc@yahoo.com.br

ANEXO II

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 09/2023

TERMO DE REFERÊNCIA

INTRODUÇÃO

Este termo de referência foi elaborado em cumprimento ao disposto nos incisos I e II do artigo 8º e inciso II do artigo 21 do Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000, e suas alterações.

OBJETO

Implantação de sistemas integrados de gestão pública, conforme especificações constantes deste Termo de Referência.

ESPECIFICAÇÃO E CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS DO OBJETO

Locação de Sistemas Informatizados e Integrados de Gestão Pública, conversão de dados, manutenção adaptativa e evolutiva, Suporte Técnico instalação em Servidor de Rede dedicado, usando SGBD - Sistema Gerenciador de Banco de Dados relacional com suporte a servidores com as plataformas Linux e Windows, sendo executado nas estações de trabalho em ambiente Windows-Desktop, WEB e Android conforme o exigido para cada modulo. Ainda, serviços de Implantação, Migração e Treinamento dos Usuários, por meio de empresa especializada em Tecnologia da Informação.

Versão operacional

Os sistemas deverão ser entregues nas seguintes versões operacionais, tendo em vista a necessidade de cada secretaria.

Desktop: os sistemas nesta versão serão utilizados no prédio da administração municipal/secretarias.

WEB: sistemas que serão utilizados dentro do prédio da administração municipal e também em outros locais distantes, mas que necessitam toda a integração necessária de dados, desta forma deverão ser desenvolvidos em linguagem nativa para internet.

Android: sistemas que serão utilizados em tablets e Smartphones, para isso deverão ser desenvolvidos em linguagem nativa para android.

Relação dos Sistemas licitados RELAÇÃO DE SISTEMAS

Item	SISTEMAS	Plataforma Operacional
01	CONTABILIDADE PÚBLICA, ORÇAMENTÁRIA, EMPENHOS	Desktop
13	WEBSITE OFICIAL DO CRESU	WEB

Especificações mínimas dos sistemas licitados

* Os sistemas deverão ser fornecidos conforme a versão do sistema operacional descrito.

CARACTERÍSTICAS GERAIS:



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS - CRESU

CNPJ: 03.628.611/0001-77

E-mail: cresu.consortc@yahoo.com.br

O software licitado deve ser desenvolvido em linguagem própria para ambiente gráfico, com interface gráfica amigável, com operação via mouse e integrada às teclas de função padrão do teclado.

O sistema deverá possuir a filosofia de cadastro único, onde não há redundância de dados e um cadastro realizado seja o mesmo para todos os sistemas.

O Banco de Dados utilizado pelo proponente, deverá ser multiplataforma, podendo ser instalado em servidor com sistema operacional Linux e Windows a critério e escolha da administração, conforme sua estruturação de rede e servidores de dados e servidores WEB.

O software em rede deverá compartilhar seus dados em rede com acesso multiusuários e vários processamentos multitarefa.

O software deverá possuir recursos de ajuda com informações sobre a utilização dos mesmos durante a sua operação (help on-line), para permitir segurança e agilidade no trabalho dos usuários;

O software deverá possuir controle de acesso por senha para cada item do sistema, permitindo o efetivo controle de todo e qualquer acesso aos processos e funções dos sistemas através de permissões delimitadas;

Ainda como recurso de segurança e integridade de dados, o software licitado junto com seu banco de dados, deverá apresentar um recurso completo de auditoria interna do sistema, para alterações e exclusões (Arquivo de "Log" de Ocorrências). Havendo a necessidade, usuários previamente autorizados poderão emitir o relatório de auditoria, onde deverá constar a data, hora, senha de acesso e todas as transações em cada sistema e de cada usuário da rede;

Os relatórios devem ser visualizados em vídeo na formatação gráfica e as janelas devem se sobrepor e se mover independentemente umas das outras, caracterizando assim, o puro padrão gráfico de interface. Não deverá ser necessário o fechamento de uma tela ou mesmo de um módulo do sistema para se fazer outra tarefa no equipamento usado pelo usuário. Assim os usuários poderão estar usando o software e ao mesmo tempo a internet ou o editor de texto trazendo produtividade ao CRESU;

O software proposto deverá possuir uma sólida rotina de backup automático ou através de função específica sistema SGBD integrada ao Sistema Operacional onde for instalado;

Toda e qualquer alteração na legislação, fica a Empresa responsabilizada pelas alterações e manutenção do sistema, bem como a instalação e atualização das novas versões do sistema.

Os sistemas voltados para a WEB deverão seguir os seguintes critérios técnicos:

Integração com o Cadastro Único do Cresu;

Permitir a definição parametrizada do conteúdo de todos os cadastros do módulo;

A linguagem de desenvolvimento deverá ser própria para WEB, sem emuladores ou outros artifícios tecnológicos, em navegadores Chrome, Firefox, Internet Explorer, sem a necessidade de baixa de "Runtime", em sistemas operacionais Windows, Linux, Mac-ios;

Da implantação:

Os serviços serão desenvolvidos com a coordenação pela Secretária Executiva do CRESU, que ficará responsável por todo o relacionamento administrativo entre Contratante e Contratada.

O Cresu disponibilizará pessoal para acompanhamento das atividades, bem como zelar pelo seu bom andamento, auxiliando quando necessário o coordenador.

O início dos trabalhos de implantação, migração e treinamento será de 05 (cinco) dias corridos, a contar da assinatura do contrato.

Os sistemas serão contratados e deverão ser instalados de acordo com o contrato, na estrutura do CRESU, e operar com os recursos atualmente disponíveis, os quais estão à disposição para conhecimento da proponente por ocasião da visita técnica.

Serviços que deverão estar inclusos na implantação do sistema:



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS - CRESU

CNPJ: 03.628.611/0001-77
E-mail: cresu.consorc@yahoo.com.br

Instalação:

Configuração e parametrização dos sistemas;

Serviços de instalação, configuração e outros relativos ao Sistema Gerenciador de Banco de Dados, que deverá ser do tipo relacional, nos equipamentos dos setores do Cresu.

Migração:

Os dados e informações existentes no banco de dados do CRESU, deverão ser importados e convertidos para o sistema ofertado pela proponente, sendo que o prazo limite não poderá exceder o prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do contrato.

A responsabilidade pela qualidade e precisão dos serviços de migração das informações é de responsabilidade exclusiva da proponente, contribuindo ao CRESU, onde necessário e atendendo às possibilidades e o conhecimento interno.

Treinamento:

O treinamento aos usuários internos (servidores) deverá ser realizado nas instalações do CRESU, em etapas separadas por setores/sistemas, abrangendo conteúdo necessário para o uso normal dos sistemas a serem fornecidos, sendo que as turmas de usuários serão formadas abrangendo participantes de todos os setores/sistemas.

O número de horas de treinamento por turma/sistema será determinado pela proponente e discriminado no cronograma de implantação, obedecendo a uma carga horária mínima necessária a uma ideal absorção, assimilação e exercício na utilização do respectivo sistema.

Caso seja necessário o treinamento dos usuários externos (empresas, escritórios contábeis e pessoas interessadas em geral), o mesmo deve ocorrer na forma de palestras, em auditórios ou salas, a serem organizadas pelo CRESU, sendo o número de horas determinado conjuntamente entre a proponente e a administração.

São de responsabilidade da proponente o conteúdo programático, metodologia e recursos didáticos a serem utilizados.

O ambiente de treinamento será alocado pelo CRESU, sendo este realizado no próprio município, em endereço a ser definido pela Administração.

Acompanhamento técnico.

A proponente deverá disponibilizar profissional técnico capacitado a executar presencialmente o cronograma de implantação/migração/treinamento até a assinatura do Termo de Conclusão de Implantação, que se dará de forma individual por sistema considerado implantado.

O profissional designado ficará a disposição da Administração do CRESU durante o período de implantação de cada sistema para sanar dúvidas e fazer orientações quanto ao seu uso, durante o horário de funcionamento do Consórcio.

Dos Serviços de suporte técnico, treinamento e atualização tecnológica:

Estão compreendidos nos serviços de manutenção mensal:

O suporte técnico e operacional (garantia de funcionalidade e operabilidade nos softwares objeto da licitação) a resolução de dúvidas operacionais dos softwares aos usuários do CRESU, devendo ser efetivado nas seguintes formas:

Atendimento Remoto On-Line por telefone, chat, internet e outras ferramentas;

Atendimento Técnico Presencial com deslocamento de técnico (s) aos setores do Consórcio, quando ficar caracterizado que o problema a ser resolvido não puder ser solucionado de forma remota.

A proponente deverá promover a contínua atualização legal e corretiva, considerando:



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS - CRESU

CNPJ: 03.628.611/0001-77

E-mail: cresu.consortc@yahoo.com.br

Manutenção legal: em caso de mudança na legislação, será elaborada uma programação para atendimento às mudanças ocorridas, sem prejuízos à operação dos sistemas.

Manutenção corretiva: é aquela decorrente de problemas de funcionalidade detectados pelo usuário, ou seja, funcionamento em desacordo com o especificado, relativo a regras de negócio, relatórios e outras funcionalidades.

Customização: além de garantir ao Consórcio o bom funcionamento e desempenho dos sistemas durante e após a implantação de cada programa e do sistema como um todo, fornecendo o produto testado, os sistemas deverão estar sujeitos a ajustes e alterações (telas, relatórios, processos e outras funcionalidades) para atendimento de situações específicas requeridas pelo CRESU, mediante solicitação de orçamento prévio, obedecidas as demais condições contratuais e os valores da proposta financeira;

Havendo necessidade de capacitação e treinamento pós-implantação, decorrente de atualização dos softwares e troca de pessoal, o CRESU convocará a proponente para efetivação de programa de treinamento de usuários.

DESCRIÇÃO DOS SISTEMAS

GESTÃO DA CONTABILIDADE PÚBLICA, ORÇAMENTÁRIA, EMPENHOS

Atender na totalidade a Lei 4.320/64 e demais normas legais vigentes na União e do Estado do Rio Grande do Sul;

Emitir todos os anexos previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal – LC 101/00;

Permitir o processamento de vários arquivos da entidade (Prefeitura, Câmara municipal e fundos); - Controlar toda a execução orçamentária, possibilitando acompanhamentos operacionais e gerenciais;

Montagem do sistema orçamentário de forma automática;

Integrar todas as contas do sistema orçamentário, financeiro, patrimonial e de compensação, cujas movimentações são registradas simultaneamente;

Possibilitar a atualização on-line, dos lançamentos no mesmo momento em que são efetuados;

Possuir o bloqueio dos movimentos de meses já encerrados pela contabilidade;

Consultar em tela a movimentação das contas de qualquer período do exercício;

Emitir os relatórios de qualquer período do exercício;

Configurar os nomes e cargos para assinatura que serão listados ao final dos relatórios;

Controlar os empenhos de recursos antecipados (adiantamentos, subvenções, auxílios e contribuições);

Controlar as despesas por Centro de Custo (despesa secundária), por Objeto de Despesa ou por Unidade Financeira;

Formatação do formulário Nota de Empenho e Ordem de Pagamento (empenho, sub-empenho, empenho extra, ordem de pagamento e reserva de saldo);

Possibilitar a reserva de saldo de despesas para um futuro empenhamento;

Correção automática do orçamento através de um percentual;

Gerar Lançamentos de retenções na emissão de Empenho;

O Plano de Contas deverá ser flexível, podendo adaptar o plano de contas utilizado pela entidade dentro do módulo;

Gerar lançamentos por evento contábil;

Gerar com clareza, uniformidade e individualização, os lançamentos contábeis a partir do empenho da despesa e do lançamento da receita, pelo método de partidas dobradas;

Efetuar o empenhamento, a liquidação, a baixa de empenho, o lançamento da receita e administração orçamentária, gerando automaticamente os lançamentos na contabilidade, orçamento, tesouraria, fornecedores/credores, etc., necessários à emissão de qualquer relatório



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS - CRESU

CNPJ: 03.628.611/0001-77

E-mail: cresu.consorc@yahoo.com.br

ou consulta; - Poder executar processamentos contábeis através dos arquivos oriundos de outros setores e lidos através dos setores de tesouraria e administração orçamentária;

Permitir que os dados orçamentários e de tesouraria sejam processados em datas diferentes, permitindo sua parametrização para tal;

Contemplar a emissão de todos os relatórios legais e os solicitados pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul;

Emitir a qualquer momento os diversos relatórios administrativos pré-definidos;

Permitir criar e emitir relatórios com as informações desejadas;

Gerar automaticamente os arquivos das informações contábeis, quando assim definido pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul;

Gerar os arquivos a serem publicados na Internet, conforme definido pelo Tribunal de Contas da União;

Realizar automaticamente o encerramento do exercício, inclusive o fechamento do Balanço Anual;

Processar a baixa de dívida fundada interna;

Processar a baixa da Dívida Ativa no ato da entrada da receita;

Parametrizar o sistema, por ocasião da implantação, para adequação à realidade da Prefeitura;

Emitir o empenho de nota extraorçamentária;

Permitir fazer lançamento automático referente ao sistema de patrimônio, sobre as movimentações dos bens da Prefeitura;

Conter todas as rotinas para administração orçamentária, que pode funcionar no setor específico responsável pela administração orçamentária;

Poder incorporar informações de administração orçamentária através dos arquivos de dados gerados pelos outros setores, como por exemplo, a folha de pagamento ou fornecimento de ordem de compra;

Permitir a elaboração da proposta orçamentária para o ano seguinte sem nenhuma vinculação com o ano corrente;

Emitir Decreto de Suplementação;

Permitir a elaboração da proposta orçamentária usando valores do ano anterior, permitindo a aplicação de percentuais de aumento ou redução;

Permitir o controle de empenhos a nível de sub-elemento de despesa para administração de custos;

Permitir o controle do saldo orçamentário por vínculo de recursos;

Permitir a utilização de codificação operacional reduzida;

Permitir o encerramento do exercício automaticamente, inclusive com transferência do saldo de balanço para o ano seguinte e anulação de empenhos estimados a pagar;

Permitir que o usuário configure seu próprio relatório contendo as informações e o layout desejados;

Permitir a repetição do número de projetos/atividade em diferentes órgãos e unidades;

Consultar a posição de fornecedor com a Prefeitura (o que tem a receber, o que foi pago...);

Emitir relatório nota de empenho orçamentário, sub-empenho e extraorçamentário;

Emitir relatório de balancete financeiro;

Emitir relatório de balancete da despesa;

Emitir relatório de balancete da receita;

Emitir relatório de balancete de verificação;

Emitir relatório de balancete extraorçamentário;

Emitir relatório de plano de contas;

Emitir relatório de relação da despesa;

Emitir relatório de relação da receita diária;



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS - CRESU

CNPJ: 03.628.611/0001-77

E-mail: cresu.consorc@yahoo.com.br

Emitir relatório de relação de itens de empenhos por credor;
Emitir relatório de razão de receitas e despesas;
Emitir relatório de razão de credores;
Emitir relatório de razão de bancos/caixa;
Emitir relatório de razão de contabilidade;
Emitir relatório de empenhos emitidos – por ordem de credores, sequência numérica ou por ordem cronológica;
Emitir relatório de empenhos pagos;
Emitir relatório de empenhos a pagar por credor;
Emitir relatório de empenhos com incorporação patrimonial;
Emitir relatório de diário geral;
Emitir relatório de diário de bancos;
Emitir relatório de diário de receitas;
Emitir relatório de resumo da despesa e receita diária;
Emitir relatório de ordem de pagamento;
Emitir relatório de previsão de pagamentos;
Emitir relatório de Situação de empenhos orçamentários;
Emitir relatório de Situação de empenhos de restos a pagar;
Emitir relatório de Situação de empenhos extraorçamentários;
Emitir relatório de Anexos da Lei 4.320/64
Emitir relatório de Anexos do TCE (Tribunal de Contas do Estado);
Emitir relatório de Demonstrativo excesso de arrecadação;
Emitir relatório de Demonstrativo de gastos com educação;
Emitir relatório de Demonstrativo de gastos com saúde;
Emitir relatório de Demonstrativo de gastos com pessoal;
Emitir relatório de Balancete da despesa secundária (Centro de Custo);
Emitir relatório de Balancete da unidade financeira;
Emitir relatório de Execução orçamentária bimestral;
Emitir relatório de Balancete do razão;
Emitir relatório de Resumo da despesa secundária;
Emitir relatório de Demonstrativo do objeto da despesa;
Emitir relatório de Resumo do objeto da despesa;
Emitir relatório de Recursos antecipados (concedidos, em atraso ou pendentes);
Emitir relatório de Demonstrativo pormenorizado de gastos com a educação;
Emitir relatório de Comparativo de Balanço Patrimonial – exercício anterior com exercício encerrado;
Emitir relatório de Evolução da despesa e receita orçamentária;

WEBSITE OFICIAL DO CONSÓRCIO - WEB

A licitante vencedora deverá hospedar o site oficial do Consórcio atualmente em uso e disponibilizá-lo na internet;
Prestar manutenção do site oficial do CRESU atualmente em uso;
Possibilitar inserir informações referentes a informações gerais do município e suas secretarias;
Possibilitar inserir informações referentes ao registro das competências e estrutura organizacional, endereços e telefones e horários de atendimento ao público;
Possibilitar a publicação de informações referentes a repasses ou transferências de recursos financeiros;



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS - CRESU

CNPJ: 03.628.611/0001-77

E-mail: cresu.consorc@yahoo.com.br

Possibilitar a publicação dos contratos e convênios celebrados pelo município. Esses dados serão gerados automaticamente pelo sistema de contratos e convênios, evitando com isso o retrabalho;

Possibilitar a inserção de informações referentes a acompanhamentos de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades;

Possibilitar o cadastro de contatos: informações ao visitante, seu endereço e telefone para contatos do departamento;

Publicar informações referentes às Contas Públicas, essas informações deverão ser geradas automaticamente pelo sistema de contabilidade e orçamento;

Publicar editais e informações referentes às licitações, essas informações deverão ser geradas automaticamente pelo sistema de compras e licitações;

Fale conosco: o cidadão poderá fazer um contato e endereçá-lo ao setor pertinente. O setor receberá através de e-mail o contato;

Ouvidoria: para cidadãos deixarem seus comentários, sugestões e/ou críticas via site;

Possibilitar inserir informações referentes aos conteúdos por secretaria, onde cada secretaria terá espaço para gerar conteúdo específico de seus setores e fazer a manutenção do site, sem necessitar do desenvolvedor.

Galeria de imagens: terá uma galeria de fotos e imagens, por assuntos;

Calendário de eventos: Criar e atualizar o calendário de eventos do Consórcio e das respectivas secretarias;

A hospedagem do site deverá ser fornecida juntamente com o site, durante o período de contrato;

-A manutenção de conteúdos dinâmicos do site deverá ser através de controle de senhas (privilegios de usuários);

Histórico de acompanhamento e estatística de acesso ao site;

Log de acesso dos usuários internos da administração com suas ações e publicações oficiais via site.

O Site deverá ter recursos para o total controle do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), possibilitando o recebimento das solicitações, gerenciamento em área restrita, das informações inseridas pelos cidadãos, pendentes e respondidas. Impressão de recibo ao cidadão comprovando a solicitação, com código próprio de verificação/validação.

Publicação de áudio e vídeo.

- Atender a Lei Federal nº 12.527, de 18/11/2011.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS - CRESU

CNPJ: 03.628.611/0001-77

E-mail: cresu.consorc@yahoo.com.br

ANEXO III

MODELO

FORA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA JUNTO COM O
CREDENCIAMENTO

DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DA PROPOSTA E HABILITAÇÃO

Consórcio Intermunicipal de Resíduos Sólidos Urbanos – CRESU - RS.

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL nº 09/2023

A empresa____, estabelecida inscrita no CNPJ sob o nº _____, declara, sob as penas da Lei, conhecer e aceitar as condições constantes deste Pregão e seus anexos, e que atende plenamente aos requisitos necessários para habilitação e proposta e declara que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, nos termos do art 4º, inciso VII, da Lei nº 10.520, de 17/07/2002.

_____, de _____ de 2023.

(Assinatura do Diretor ou Representante Legal da empresa)



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS - CRESU

CNPJ: 03.628.611/0001-77
E-mail: cresu.consorc@yahoo.com.br

ANEXO IV MODELO

**FORA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA JUNTO COM O
CREDENCIAMENTO
(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA E/OU CARIMBO)**

AO
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS – CRESU

MODELO DE CREDENCIAMENTO

A empresa _____ estabelecida __ inscrita no CNPJ nº _____ através do presente, credencia o Sr. _____, portador da cédula de identidade nº _____ e do CPF nº _____ a participar da licitação instaurada pelo Consórcio Intermunicipal de Resíduos Sólidos Urbanos – CRESU - RS, na modalidade Pregão Presencial nº 09/2023, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe plenos poderes para pronunciar-se em nome da empresa, bem como formular propostas, lances e praticar todos os demais atos inerentes ao certame

_____, de _____, de 2023.



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE
RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS - CRESU**

CNPJ: 03.628.611/0001-77
E-mail: cresu.consorc@yahoo.com.br

Diretor ou Representante (s) Legal da Empresa

ANEXO V

MODELO

**FORA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA JUNTO COM O
CREDENCIAMENTO**

**DECLARAÇÃO OBRIGATÓRIA DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA
OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE PARA FRUIÇÃO DOS BENEFÍCIOS DA LEI
COMPLEMENTAR Nº 123/2006**



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE
RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS - CRESU**

CNPJ: 03.628.611/0001-77
E-mail: cresu.consorc@yahoo.com.br

A empresa___estabelecida___inscrita no CNPJ nº_____,
através do seu Representante legal Sr.____inscrito no CPF nº_____, RG nº_____,
DECLARA, para os fins do disposto na Lei Complementar nº. 123/2006,
sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta Empresa, na presente data,
enquadra-se como:

() - MICROEMPRESA, conforme inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

() - EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

() – COOPERATIVA, conforme disposto nos art. 42 à 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 e art. 34, da Lei 11.488, de 15 de junho de 2007.

Declara, ainda, que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

_____, em ___ de ___ de 2023.

Assinatura representante legal da empresa Contador da Empresa

ANEXO VI

MODELO

DENTRO DO ENVELOPE DE HABILITAÇÃO

À Comissão de Licitações

Declaração de Idoneidade



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE
RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS - CRESU**

CNPJ: 03.628.611/0001-77
E-mail: cresu.consorc@yahoo.com.br

PREGÃO PRESENCIAL 09/2023

A empresa____ estabelecida____ inscrita no CNPJ nº____, através do seu Representante legal Sr.____ inscrito no CPF nº____ RG nº____, DECLARA, sob as penas da lei, que não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública.

Por ser expressão de verdade, firmamos o presente.

_____, em__de__de 2023.

Assinatura do Diretor ou Representante Legal da empresa



CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS
SÓLIDOS URBANOS – CRESU
CNPJ: 03.628.611/0001-77
Fone: cresu_consortc@yahoo.com.br

ANEXO VII

MODELO DECLARAÇÃO DE MENORES DENTRO DO ENVELOPE DE HABILITAÇÃO

DECLARAÇÃO

REF: PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2023

A empresa_____inscrita no CNPJ nº_____estabelecida na Rua _____, Declara para os fins de direito, na qualidade de licitante que em cumprimento ao inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal de que não possuímos em nosso quadro funcional pessoas menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, de menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

_____, em__de__de 2023.

(Assinatura do Diretor ou Representante Legal da empresa)





CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS
SÓLIDOS URBANOS – CRESU

CNPJ: 03.628.611/0001-77

Fone: cresu_consorc@yahoo.com.br

ANEXO VIII

MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º. __/2023.

Contrato Administrativo que entre si celebram o
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE
RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS - CRESU e
a Empresa, tendo como objeto a
locação de sistemas informatizados e integrados
de gestão pública, conforme Pregão Presencial
n.º 09/2023.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS - CRESU, pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ/MF sob n.º 03.628.611/001-77, com sede administrativa sita à Rua Afonso de Medeiros, n.º 562, bairro Centro, Município de Pirapó, RS, CEP 97.885-000, neste ato representado por seu Presidente, senhor **AURI BRANDT KOCHHANN**, Presidente do CRESU, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 464.702.800-30, residente e domiciliado no município de Pirapó – RS, de ora em diante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa, com sede na Cidade de _____, na Rua/Av., n.º, Bairro _____, inscrita no CNPJ sob o n.º, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por, brasileiro, portador do CPF n.º _____, têm entre si ajustado o presente Contrato, vinculando-se as partes ao Edital de Licitação, **Pregão Presencial n.º 09/2023**, iniciado através do **processo administrativo n.º 462/2023**, reendo-se este contrato pelas Leis Federais n.º 10.520/2002, Decreto Municipal n.º 035/2006, e Lei Federal n.º 8.666/1993, suas alterações posteriores, e legislação pertinente, assim como pelas condições do Instrumento Convocatório referido, pelos termos da proposta e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes e se sujeitando às cláusulas abaixo descritas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a contratação de empresa para fornecimento de um conjunto de sistemas integrados de gestão pública especializados na área de informática para implantação, treinamento e locação (com manutenção, suporte técnico, consultoria técnica e assessoria técnica) de software integrado de gestão, conforme especificações constantes no edital do Pregão Presencial n.º 09/2023. A prestação do serviço obedecerá ao estipulado neste Contrato, Termo de Referência que integra o Edital de Pregão Presencial n.º 09/2023, bem como às disposições constantes da proposta e demais elementos que a acompanham, dentre outros documentos relevantes, que integram o Processo citado e que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste Contrato, no que não o contrariarem.





CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS
SÓLIDOS URBANOS – CRESU
CNPJ: 03.628.611/0001-77
Fone: cresu_consorc@yahoo.com.br

1. RELAÇÃO DE SISTEMAS

Item	SISTEMAS	Plataforma Operacional
01	CONTABILIDADE PÚBLICA, ORÇAMENTÁRIA, EMPENHOS	Desktop
02	WEBSITE OFICIAL DO MUNICÍPIO	WEB

CLAUSULA SEGUNDA – PREÇO E PAGAMENTO

O CONTRATANTE, obriga-se a pagar pela prestação dos serviços descrito(s) na cláusula anterior, o valor mensal global de R\$...(…), bem como o valor total de R\$...(…) referente aos serviços de Implantação e Treinamento e o valor total de R\$...(…) referente aos serviços de migração e conversão.

O preço contratado é considerado completo e abrange todas as despesas com custo, transporte, seguro e frete, tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), obrigações sociais, trabalhistas, fiscais, frete, encargos comerciais ou de qualquer natureza, acessórios e/ou outros serviços necessários à execução do objeto contratado, ainda que não especificados no Edital e anexos.

As faturas não deverão portar vícios ou incorreções que impossibilitem o pagamento, e deverão estar acompanhadas:

- de cópias autenticadas das guias do FGTS e INSS, já exigíveis, e folha de pagamento dos empregados, com o número de pessoas compatíveis com o objeto licitado e ligados diretamente a execução dos serviços, nos termos da Lei 9.032/95, hipóteses em que a CONTRATADA suportará o ônus decorrente do atraso.
- certidão negativa que prove a regularidade relativa à Seguridade Social (INSS);
- certidão negativa que prove a regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- certidão negativa que prove a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

OBS: estes documentos podem ser encaminhados por meio eletrônico.

As faturas da mensalidade de locação dos sistemas compreenderão o período de 30 dias compreendido entre o dia 01 e o dia 30 de cada mês e deverão ser apresentadas entre os dias 01 a 05, para os procedimentos formais.

Os pagamentos das mensalidades de locação dos sistemas serão realizados até o dia 10.º (décimo) dia útil do mês subsequente ao vencido, após a liberação da Nota Fiscal pelo setor competente. Os pagamentos dos serviços de Implantação e Treinamento e dos serviços de migração e conversão serão efetuados em 10 dias após a liberação da Nota Fiscal pelo setor competente.

Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

Na hipótese de reajustamento de preços, previsto em lei, o pagamento será feito através de duas faturas, sendo uma referente ao preço inicial e a outra referente ao valor do ajustamento.

Os pagamentos decorrentes dos serviços do objeto deste contrato correrão por conta de recursos orçamentários previstos no exercício de 2023:

ORGÃO: CRESU

3390400000- serviços de tecnologia da informação





CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS
SÓLIDOS URBANOS – CRESU
CNPJ: 03.628.611/0001-77
Fone: cresu_consorc@yahoo.com.br

CLÁUSULA TERCEIRA – EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços, objeto desta licitação, deverão ser efetivados conforme estipulado no Edital e anexos, sujeitos a alterações a depender da necessidade da Administração.

Prazo de entrega dos sistemas

a) A empresa vencedora terá prazo de 15 (quinze) dias para entregar os sistemas solicitados pelo Consórcio, a serem implantados em local a ser indicado pelos responsáveis, respectivamente em cada um dos órgãos e/ou secretaria, mediante solicitação formal, através da ordem de início dos serviços, emitidos pela Secretaria Executiva do CRESU, contados a partir da data da assinatura do Contrato com a empresa vencedora.

Conversão e Migração de Dados

A empresa licitante vencedora deverá realizar a conversão de todas as informações do banco de dados hoje usado pelo CRESU;

Os prazos para a realização destes serviços deverá ser de no máximo 15 (quinze) dias;

É de total responsabilidade a migração dos dados pela empresa vencedora do certame.

Treinamento aos Operadores

Deverá ser ministrado treinamento operacional dos softwares para os usuários indicados pelo CRESU, na sede do CRESU e/ou centro de treinamento da sede da proponente, suficientes para capacitar os servidores a operarem os sistemas, independente do número de usuários, respectivamente na medida que o CRESU solicitar sua implantação.

Os custos para manutenção do centro de treinamento serão de responsabilidade da Proponente, inclusive equipamentos e pessoal para treinamento.

Capacitar os servidores, usuários novos dos sistemas, sem custos adicionais, sempre que o CRESU solicitar, limitando-se a uma capacitação a cada trimestre.

Das Condições da Prestação dos Serviços

Disponibilizar para a implantação e migração do sistema, na sede do CRESU, equipe própria ou profissional devidamente credenciada e apta, para a boa execução dos serviços nos prazos estipulados;

Solicitar autorização com antecedência, sempre que for necessária a execução dos serviços fora do horário normal de expediente da Administração (funcionamento), não cabendo nenhum ônus financeiro adicional ao CRESU;

Prestar treinamento do sistema aos servidores do setor de CPD da Administração Pública de modo exclusivo e avançado devendo contemplar a gerência operacional, administração e métodos para recuperação de falhas;

Garantir ao CRESU o bom funcionamento e desempenho do sistema durante e após a implantação de cada módulo e do sistema como um todo;

Fornecer e manter atualizada documentação do usuário e documentação técnica completa dos sistemas desenvolvidos;

Disponibilizar em sua sede, suporte aos usuários, com recurso de atendimento pelos meios de telefone, e-mail e Chat ou ferramentas de suporte remoto (a ser definido pela prestadora dos serviços);

Manter absoluto sigilo sobre quaisquer documentos, informações ou dados que tiver conhecimento ou acesso, em decorrência da execução dos serviços;





CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS
SÓLIDOS URBANOS – CRESU

CNPJ: 03.628.611/0001-77

Fone: cresu_consorc@yahoo.com.br

Prestar suporte aos usuários na adaptação dos módulos cuja implantação tenha sido concluída e homologada, independente da implantação do módulo que esteja em andamento, durante todo período de implantação do sistema;

Caso seja constatado que o objeto não corresponde em qualidade, descrição e especificação ao estabelecido na licitação ou à quantidade solicitada, será exigido do CONTRATADO sua substituição ou rejeitado, sem qualquer ônus para a Administração.

CLÁUSULA QUARTA – VIGÊNCIA DO CONTRATO

4.1 O prazo da contratação será de 12 (doze) meses, a partir da data da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por igual período, desde que haja interesse entre as partes e nos termos da Lei 8.666/93, sendo prorrogável até 48 meses, neste caso os valores serão corrigidos monetariamente pela variação do IPCA (IBGE) do período ou outro índice oficial que venha a substituí-lo.

CLÁUSULA QUINTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Prestar os serviços licitados conforme especificações deste edital e em consonância com a proposta de preços;

Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo CONTRATANTE;

Arcar com eventuais prejuízos causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato;

Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25% do valor inicial atualizado do contrato ou da nota de empenho;

Arcar com todas as despesas com transporte, taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais, que correrão por conta exclusiva do Contratado;

Realizar a implantação e instalação dos sistemas, conversão dos dados existentes, e treinamento necessários à transferência dos conhecimentos que possibilitem o domínio dos sistemas por parte do CRESU-RS.

Implantar o Sistema objeto deste contrato, de acordo com as melhores técnicas e com pessoal capacitado.

Manter a Secretaria Executiva do CRESU, encarregada de acompanhar os trabalhos, informado sobre o andamento do projeto, prestando todas as informações necessárias.

Diagnosticar problemas técnicos dentro de no máximo 1 (um) dia útil, a partir da abertura do chamado; caso não envolva manutenção corretiva, solucionar o problema em até 24 (vinte e quatro) horas; caso exija manutenção corretiva, solucionar o problema em até 72 (setenta e duas) horas, podendo ser solicitado mais prazo com a devida justificativa e com o aceite do CRESU.

Ministrar treinamentos operacionais aos servidores indicados pelo CRESU, usuários dos sistemas locados, devendo ser realizado na Sede do CRESU, a partir da instalação dos mesmos, e toda vez que se fizer necessário durante a vigência do Contrato inclusive em decorrência de mudanças e atualizações do sistema.

Oferecer manutenção corretiva do software licenciado durante o período de vigência do contrato, nos seguintes casos:

Manutenção adaptativa dos sistemas, visando adequá-los a eventuais exigências de ordem legal;





CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS
SÓLIDOS URBANOS – CRESU

CNPJ: 03.628.611/0001-77

Fone: cresu_consortc@yahoo.com.br

Correção ou substituição das cópias das versões fornecidas, se estas apresentarem defeito;
Substituição das cópias no caso de upgrades dos softwares.

Prestar, às suas expensas, as manutenções que se fizerem necessárias, causadas por problemas originados dos códigos-fonte dos sistemas locados.

Oferecer suporte técnico, para solução de problemas relacionados à instalação, configuração, compatibilidade de arquivos e uso do aplicativo, garantindo o perfeito funcionamento do sistema implantado, durante o período de vigência do contrato, em dias úteis, durante o expediente da Contratante.

A atualização e suporte ao software deve ser efetuada por pessoal capacitado pela Contratada, sendo vedada a transferência de dados de propriedade da Contratante para qualquer outro local.

Auxílio na recuperação dos Sistemas em possíveis problemas originados por queda de energia, falha de operação, desde que a CONTRATANTE mantenha “back-ups” adequados para satisfazer as necessidades de segurança;

Substituição dos Sistemas por versões mais atualizadas em função do aprimoramento técnico e/ou operacional, sem ônus, durante o período de vigência do contrato, informando tempestivamente ao Contratante sobre atualizações de versões e atualizar a versão em produção;

Prover apoio técnico, sem ônus, quando necessário no período de implantação de novas versões;

Prestar suporte técnico gratuito à distância através dos meios de comunicação;

Providenciar a assistência técnica “*in-loco*”, quando requisitado pelo Contratante;

Tratar como confidenciais, informações processadas e base de dados contidos nos Sistemas da Contratante, guardando total sigilo perante terceiros;

Cumprir durante a execução do contrato, todas as leis, posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e vigentes, sendo a única responsável por prejuízos decorrentes das infrações a que der causa;

Fiel cumprimento de todas as cláusulas e condições expressadas no edital, anexos e termo de contrato;

Arcar com os tributos federais, estaduais ou municipais, que porventura incidam ou venham a incidir sobre o respectivo contrato, bem como os encargos sociais, trabalhistas e previdenciários;

Fornecer, sempre que solicitados pela Contratante, os comprovantes de pagamentos dos empregados e comprovantes de recolhimento dos encargos sociais e trabalhistas;

Não transferir ou sublocar a outrem, no todo ou em parte, o presente Contrato, sem prévia e anuência da Contratante, sob pena de rescisão contratual e aplicação de multa;

CLÁUSULA SEXTA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Indicar os locais onde a Contratada deverá prestar os serviços, objeto do contrato;

Notificar à Contratada qualquer irregularidade ou defeito encontrado na prestação de serviços;

Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas neste contrato;

Zelar pela integridade e segurança das bases de dados mediante rotinas periódicas decópias dos dados (backup);

Fornecer a contratada o acesso aos terminais e arquivos para a conversão dos dados atualmente em uso pelo Sistema atual do CRESU;

Comunicar de imediato a contratada das irregularidades no recebimento dos serviços;





CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS
SÓLIDOS URBANOS – CRESU

CNPJ: 03.628.611/0001-77

Fone: cresu_consorc@yahoo.com.br

Acompanhar e fiscalizar toda a entrega de serviço realizada pela contratada pertinente ao objeto contratado;

CLÁUSULA SÉTIMA - FISCALIZAÇÃO

Os serviços a serem executados, objetos deste contrato, sofrerão a fiscalização da Secretaria Executiva do CRESU. A fiscalização representará o CONTRATANTE e terá as seguintes atribuições:

- agir e decidir em nome do CONTRATANTE, inclusive para rejeitar o objeto contratual que estiver em desacordo com as especificações exigidas;
- exigir da CONTRATADA o cumprimento rigoroso das obrigações assumidas;
- sustar o pagamento de notas fiscais/faturas no caso de inobservância, pela CONTRATADA, de condições contratuais;
- solicitar a aplicação, nos termos contratuais, de multa(s) e/ou de outras penalidades à CONTRATADA;
- instruir o processo com o(s) recurso(s) interposto(s) pela CONTRATADA, no tocante ao pedido de cancelamento de multa(s) e/ou de outras penalidades, quando essa discordar do CONTRATANTE;
- encaminhar, se necessário, ao Setor competente as solicitações de adendo contratual, devidamente motivados e comprovados.

CLÁUSULA OITAVA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Em caso de atraso injustificado na entrega do objeto, sujeitar-se-á o licitante vencedor à multa de mora de 1% ao mês de juros, sobre o valor do contrato ou da nota de empenho, ou conforme o caso, sobre o valor correspondente aos itens em atraso;

A multa a que alude o item anterior não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique outras sanções previstas na Lei n.º 8.666/93.

Em casos de inexecução parcial ou total das obrigações fixadas neste Pregão, em relação ao objeto desta licitação a Administração poderá, garantida a ampla defesa e o contraditório, aplicar as seguintes sanções:

advertência, por escrito, no caso de pequenas irregularidades;

multa de até 10%(dez por cento), calculada sobre o valor do contrato ou do empenho, no caso do licitante vencedor não cumprir rigorosamente as exigências contratuais ou deixar de receber a Nota de Empenho, salvo se decorrente de motivo de força maior definido em Lei, e reconhecido pela autoridade competente;

suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 02(dois) anos, quando da inexecução contratual sobrevierem prejuízos para a Administração;

declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

Se o licitante deixar de entregar a documentação ou apresentá-la falsamente, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará, pelo prazo de até 5(cinco) anos, impedido de contratar com a Administração Pública, sem prejuízo das multas previstas no edital e das demais cominações legais.

A sanção de advertência de que trata o item 7.2, letra a, poderá ser aplicada nos seguintes casos:





CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS
SÓLIDOS URBANOS – CRESU

CNPJ: 03.628.611/0001-77

Fone: cresu_consorc@yahoo.com.br

- descumprimento das determinações necessárias à regularização das faltas ou defeitos observados na prestação dos serviços;
- outras ocorrências que possam acarretar transtornos no desenvolvimento dos serviços da CONTRATANTE, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

A penalidade de suspensão será cabível quando o licitante participar do certame e for verificada a existência de fatos que o impeçam de contratar com a administração pública. Caberá ainda a suspensão quando a licitante, por descumprimento de cláusula editalícia, tenha causado transtornos no desenvolvimento dos serviços da CONTRATANTE.

CLÁUSULA OITAVA - RESCISÃO

O contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo, por mútuo acordo entre as partes.

Poderá também ser rescindido unilateralmente pelo CONTRATANTE, se o CONTRATADO não cumprir as condições e obrigações expressas neste ato, ou ocorrendo quaisquer das hipóteses previstas no art. 79, inciso I da Lei n.º 8.666/93, alterada pela Lei n.º 8.883/94 e demais legislações em vigor.

CLÁUSULA NONA - FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de São Luiz Gonzaga, neste Estado, para dirimir eventuais dúvidas e/ou conflitos originados pelo presente Contrato, com renúncia a quaisquer outros por mais privilegiados que possam ser.

E por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente em 03 (três) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Pirapó - RS, em ____ de _____ de 2023.

CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas:

